

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de MinasClass.: Krenak 111Data: 01.12.92

Pg.: _____

Krenak quer anular ação e reaver áreas

Representantes da nação indígena Krenak pediram ontem à procuradora geral adjunta do Estado, Amélia Magalhães, empenho do órgão junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), para que julgar a ação de nulidade dos títulos de propriedade de 52 fazendeiros que ocupam área da reserva, em Resplendor, Vale do Rio Doce. A ação, proposta desde 83, arrasta-se há dois anos no STF. A expectativa dos 250 índios Krenak é de julgamento até o próximo dia 19, quando começa o recesso de três meses do STF.

Os 3.940 hectares de terra dos krenak foram doados em 1920, pelo então presidente do Estado de Minas Gerais, Arthur Bernardes. Segundo o administrador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai-MG), Lúcio Flávio Coelho, os índios foram transferidos do final da década de 70 para uma fazenda em Carmésia, com anuência do então administrador da fundação, Manoel dos Santos Pinheiro. Quando tentaram voltar para a antiga reserva, só restavam 52 hectares, a maioria morros. O resto da área foi titulado pela Ruralminas e repassado a fazendeiros, entre eles, o prefeito de Conselheiro Pena, Balbino Lacerda. As pastagens tomaram conta das áreas mais produtivas.

Para o administrador da Funai-MG, a transferência foi ilegal, uma vez que o Estado não possui competência para realizar transações do tipo em área de reservas indígenas. Confinados em terras improdutivas, os índios mal estão garantindo o plantio de arroz, feijão e milho para subsistência e trocas no mercado de Resplendor, e madeira usada em artesanato, como reclamou um dos líderes da nação, Valdemar Krenak. Segundo o representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Luis Lobo, os índios já começam a ter conflitos internos de vizinhança devido à redução do território, além de enfrentar a desnutrição, tuberculose e alto índice de verminose. Por causa desses problemas, os krenak são alvo de programa especial da Secretaria de Estado da Saúde.

Os krenak esperam o resultado da ação em calma, mas pedem o apoio do governo estadual, citado como um dos réus através da Ruralminas, para que o STF garanta este ano o julgamento. Hoje, os índios têm audiência marcada em Brasília com o subprocurador da República, Wagner Gonçalves, e vão tentar falar com o ministro da Justiça, Maurício Corrêa. A procuradora geral adjunta do Estado, Amélia Magalhães, prometeu apoio, mas remeteu o assunto ao procurador geral, Kildare Gonçalves, viajando para Washington em missão oficial, com retorno na próxima segunda-feira.